

O aprendizado do PT

José Genoíno

O Partido dos Trabalhadores (PT) enfrentará o ano eleitoral de 2002, decisivo na sua história, revigorado por um duplo processo de amadurecimento interno e externo. Internamente, o partido democratizou e está modernizando sua estrutura. A eleição direta dos presidentes e das direções de todas as suas instâncias introduziu uma experiência inédita na história dos partidos políticos no Brasil e sacramentou uma vida democrática sem paralelo em quase todos os partidos existentes no mundo. São experimentos desse tipo que fazem do PT uma referência de um novo tipo de esquerda, que se estrutura a partir do reconhecimento da superação dos parâmetros históricos e teóricos que estavam na base da experiência do chamado "socialismo real".

Esta nova esquerda reconhece que as condições históricas e teóricas da era industrial e dos condicionamentos da guerra fria já não subsistem como fundamentos da ação política neste início de século 21. É preciso perceber, no entanto, que a esquerda vem avançando mais empiricamente do que conceitualmente nesse trabalho de atualização. Mas uma das consequências que a democratização interna do PT vem produzindo consiste em que os encontros e congressos municipais, estaduais e nacionais do partido - agora desafogados da disputa pelo poder - se vêm transformando em eventos que aprofundam o debate político e teórico relativo ao programa e às concepções partidárias mais gerais.

Quanto ao amadurecimento externo do PT, na sua relação

com a sociedade e com as instituições, na sua visão de País e de mundo e na sua participação e contribuição para a construção da democracia, é perceptível por qualquer observador atento e pela opinião pública que o partido age com responsabilidade e compromissos. Somente a elite conservadora e as pessoas dominadas pelo preconceito não reconhecem os avanços do PT e sua contribuição decisiva na luta pela consolidação de um Brasil democrático. Basta dizer, sem desmerecer outras contribuições, que a variedade de programas sociais que se disseminam pelo País e a bandeira da ética na política tiveram no PT seu principal protagonista.

O PT pode-se considerar vitorioso na afirmação desses dois princípios, embora, do ponto de vista prático, haja muito por fazer, tanto no combate à corrupção quanto na implantação de programas sociais voltados para a redução da exclusão e da miséria e para a conquista de uma sociedade de bem-estar. Na semana passada, pesquisa da Fundação Getúlio Vargas confirmou que existem 50 milhões de brasileiros miseráveis, que vivem com menos de R\$ 80 por mês. Esta é uma prova contundente de que nos oito anos de reinado tucano quase nada foi feito para remover o principal entrave do nosso desenvolvimento, que é a reiterada persistência da pobreza e da má distribuição de renda.

Foi justamente na ênfase do desenvolvimento econômico que o PT produziu seu principal avanço programático. O partido compreendeu que as bandeiras da política social e da ética deveriam ser ladeadas pela ênfase num novo modelo de desenvolvimen-

to. Novo porque o programa de reformas conservadoras e neoliberais implementadas pelos governos Collor e Fernando Henrique produziu estagnação econômica e manteve as condições de exclusão social, desemprego e concentração de renda.

O PT proporrá um modelo de desenvolvimento que não se resume a dados quantitativos, mas seja um instrumento de remoção das privações humanas, como pobreza, ausência de oportunidades, carência de direitos de propriedade e de habitação, o não-acesso ao consumo etc. Um desenvolvimento conectado com o conhecimento, com a tecnologia, com o crescimento econômico, mas substantivo no incremento do bem-estar e da liberdade humana. É uma relação de integração com a economia mundial, mas de forma a garantir o exercício da soberania.

O propósito do PT é construir um modelo alternativo de Estado e de governo, diferente do Estado mínimo, que representou a falência da governabilidade e da autoridade. Queremos um Estado e uma governabilidade democraticamente ativos, indutores, mediadores, reguladores, capazes de conferir orientação e sentido à vida econômica, social e cultural e sem negar as potencialidades e as energias da atividade privada e da livre iniciativa. O fracasso do atual modelo mostra que sem Estado e governo ativos e fortes prevalecem as imposições de força, as relações anárquicas, o desequilíbrio econômico e social e a perda de referências morais.

José Genoíno é deputado federal (PT-SP)